

**Ata da Reunião Ordinária do Conselho do Litoral - Colit, realizada no dia 20 de Agosto de 2015, às 9h, sob a Presidência do Sr., e secretariada pelo Sr. - Secretário Executivo.**

O Sr. :- Bom dia, é um prazer estar nesta reunião nesta manhã, com a equipe que estará trabalhando na questão do Plano de Desenvolvimento de Pontal do Paraná, praticamente é o único município que está com a sua tarefa ainda não concluída, mas espero que tenhamos um bom dia de trabalho nesta manhã. A notícia que trazemos a vocês é que estamos trabalhando fortemente para a estruturação do Colit. O Colit vai ser um Conselho bastante atuante a partir de agora. Ontem estivemos com a presença do Secretário Sciarra da Casa Civil trabalhando com a estruturação dos processos de atuação do próprio Colit na parte dos licenciamentos ambientais do litoral.

Vamos mudar um pouquinho o foco. Com a estruturação de uma equipe multidisciplinar para que possamos efetivamente dar celeridade nos procedimentos dos processos do Colit. Então, é um prazer estar com vocês nesta manhã, nesta reunião de trabalho.

Vou passar para o Parodi para que ele conduza esta reunião, as pessoas que forem falar têm que citar o nome porque a reunião será gravada para que depois possamos fazer a transcrição desta reunião. Então, qualquer manifestação, por favor, que a pessoa se apresente com o nome para que possamos ter a transcrição. Passar para o Parodi para que ele conduza a reunião.

O Sr. Alfredo Parodi:- Bom a dia a todos, senhoras e senhores. Agradeço a presença do Diretor Geral da Sema, Paulino, agradeço a presença de todos. Exatamente como o Diretor Geral comentou, nós pediríamos a todos, e até se o Sr. Diretor me permite uma sugestão, que se apresentassem para que possamos registrar a presença de todos. Pode ser? (Assentimento).

O Sr. Carlos Storer:- Bom dia. Sou Carlos Storer, sou do Paraná Cidade mas aqui represento a SEDU - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano.

O Sr. Fernando Caetano:- Bom dia. Fernando Caetano, também representando a SEDU Paraná Cidade.

A Sra. Professora Rosilene:- Bom dia. Sou a Professora Rosilene, no cargo de Vereadora em Pontal do Paraná e represento a Câmara.

A Sra. Teixeira:- (??) Teixeira, advogada da Sema.

O Sr. Emércio Muller:- Bom dia. Emércio Muller da vice-governadoria.

O Sr. Vinícius:- Bom dia. Vinícius de Pontal do Paraná.

O Sr. Luiz:- Bom dia. Luiz, Secretário de Habitação em Assuntos Fundiários de Pontal do Paraná e responsável pelo Plano Diretor.

A Sra. Danielle:- Bom dia. Sou Daniele, sou do ITCG, coordenadora do Zoneamento Ecológico Econômico do Paraná.

O Sr. Fabrício:- Bom dia. Fabrício, Secretaria de Planejamento.

O Sr. José Carlos Aliaga:- Bom dia. José Carlos Aliaga, sou Conselheiro do Colit, evidentemente que o titular é o Secretário (??) e a gente trabalha na área de projetos de assuntos internacionais, enfim, área de projeto do Estado do Paraná e respondo por quase todas as atribuições ambientais da Secretaria do Planejamento.

O Sr. Hamilton de Almeida:- Bom dia. Hamilton de Almeida, sou assessor técnico de planejamento da coordenadoria de desenvolvimento governamental.

O Sr. :- Bom dia. Sou (Falco??) arquiteto do Conselho do Litoral.

O Sr. Paulo:- Bom dia. Paulo (Belinato??) assessor da parlamentar da Sema.

O Sr. Fernando:- Bom dia. Meu nome é Fernando e sou assessor do Conselho do Litoral.

O Sr. Alfredo Parodi:- Bom, apenas para constar na gravação, meu nome é Alfredo Parodi, estou Secretário Executivo do Colit. A nossa sugestão é que, agora é 9h25min, possamos finalizar às 12h. Obviamente, dependendo do andamento desta reunião eventualmente teríamos que marcar outro horário, outro dia. Mas às 12h, daremos uma pausa e aí nós faremos o levantamento necessário, se os senhores concordarem.

Então, acredito, Diretor, poderíamos passar para o Secretário Luiz fazer a explanação. Secretário Luiz, faz favor.

O Sr. Secretário Luiz:- Mais uma vez, né. De novo bom dia a todos. O Plano Diretor de Pontal já aconteceram várias tentativas de aprovação. Eu vou fazer uma introdução, nós temos pessoas novas aqui, os antigos aqui acho que sou eu e o Carlos Storer, e o Fernando. Então, a equipe se renovou, o Fabrício é da equipe antiga, então é bom fazermos uma introdução para balizarmos que todos tenham o mesmo nível de conhecimento.

Os Planos Diretores dos municípios do litoral são sempre divergentes e discordantes do Decreto 2722, é o que dá hoje a ocupação do solo no litoral do Paraná.

E isso causa muitos transtornos, dificulta a ação dos municípios e dificulta a ação do Estado. Algum tempo atrás se teve uma iniciativa de revisar o Decreto 2722, para que ficasse mais atualizado, porque ele é um decreto de 1984, então que fosse o mais próximo a realidade do mundo que a gente vive hoje.

Foi criada uma Comissão Técnica aqui no Colit, tem um ano e meio de discussão, fizemos o texto do novo Decreto 2722 e, de última hora, não aconteceu a revisão do decreto. Criou-se uma Comissão para aprovar especificamente os Planos Diretores de Matinhos, Guaratuba e Pontal do Paraná. Nessa Comissão conseguimos aprovar o Plano Diretor de Matinhos e Guaratuba, e Pontal do Paraná na ocasião falou que não era propício aprovar o seu Plano Diretor porque criamos uma sistemática de trabalho, uma matriz de nove itens que deveria ser analisada. Era um ponto de referência, aqueles nove itens os municípios deveriam contemplar no seu Plano Diretor. Se contemplassem os Planos Diretores estariam aprovados.

O Pontal do Paraná estava revisando o seu Plano Diretor e da versão de 2007 não tinha audiência pública. Então, o primeiro item da matriz, dos itens a serem cumpridos, Pontal do Paraná já não cumpria o primeiro item. Isso foi no início de 2014, a revisão da 2722 foi em 2012/2013. Em 2014 tivemos a aprovação desses três Planos Diretores e Pontal do Paraná estava revisando as audiências públicas. Então, foram aprovados na Comissão anterior o Plano Diretor de Matinhos e de Guaratuba e encerraram-se os trabalhos da Comissão. O município pediu para criar uma nova Comissão para estudar e aprovar o plano de Pontal, uma vez que tínhamos concluídos as audiências públicas, mas não seguiu a mesma sistemática da Comissão anterior que aprovou os planos diretores de Matinhos e Guaratuba. Ai o município fez um requerimento para a Sema pedindo isonomia no tratamento da aprovação que aconteceu por Matinhos e Guaratuba, que houve o mesmo tratamento na aprovação do plano de Pontal do Paraná.

Eu tenho um ofício do dia 1º de dezembro pedindo esse tratamento igual e no dia 05 de dezembro saiu um relatório daquela Comissão Técnica estava vigente dizendo que se o município não providenciasse a revisão dos itens elencados a Comissão ficaria sem atividade. Ai veio o final do ano, depois o recesso, depois mudou a equipe técnica dos cargos em Comissão tanto do município quanto do Estado, houve alteração de Secretário, de Diretores, do Secretário do Colit, e assim demoramos para retomar os trabalhos. Então, estamos em agosto retomando os trabalhos encerrados em dezembro

do ano passado. Isso para que todos tenham o mesmo nível de conhecimento das coisas que aconteceram.

Mas o que ficou combinado naquela Comissão de Matinhos e de Guaratuba é que eles iam analisar aqueles nove itens, que o Plano Diretor do município contemplasse aqueles nove itens e aí seria aprovado pela Comissão Técnica do Colit e aí seria submetido à aprovação do conselho pleno do Colit. Foi assim que aconteceu com Matinhos e Guaratuba. Então eu entendo que seja o caminho que devemos seguir, estudar os itens que devem ser estudados como foi com Matinhos e Guaratuba e verificar que o município cumpriu o seu dever de casa, então que pelo menos nesta Comissão fosse aprovado o Plano Diretor. Os nove itens são todos pertinentes ao Estatuto das Cidades, então a grande preocupação é que o Plano Diretor seja condizente com o Estatuto das Cidades.

Então, naquela Comissão foi definido critério, uma vez que não houve a revisão do 2722, de que iria ser feito um novo decreto, um texto por esta Comissão aprovando o Plano Diretor do referido município e assinado pelo governador do Estado. Foi o que aconteceu com Matinhos e Guaratuba. Esta equipe técnica, eram com membros diferentes, só eu e o Carlos da equipe anterior, montamos a matriz, montamos o texto do decreto que o governador assinou, a Comissão aprovou, o Conselho pleno aprovou e o governador assinou o decreto.

Então, desta vez eu me antecipei. Já fiz o texto deste novo decreto que é para ser o texto que o governador vai assinar e é o que a gente deve analisar aqui. Então, temos duas coisas pra analisarmos aqui. Primeiro é o relatório da Comissão anterior que tem dezesseis páginas, de treze pessoas que deverão assinar o relatório assinaram seis, então menos da metade, e ainda alguns aqui que assinaram não eram membros da Comissão, eram participantes. Então, a gente tem que entender se tem poder de voto, e tem coisas que temos que decidir hoje como a estrutura de trabalho que esta Comissão irá adotar. Ser-se-á a mesma estrutura de trabalho da Comissão anterior ou se há consenso que vamos criar uma nova regra de trabalho, aí temos que colocar para discussão de todos.

Tem poder de voto quem é titular da Comissão, se a gente acordar aqui passa a ter direito de voto o suplente, ou só o titular ou o titular e o suplente, mas os membros da Comissão.

O Sr. :- Secretário Luiz, se me permite, vou deixar um microfone à disposição, porque para o registro de áudio a manifestação deve ser feita só no microfone. Então, se

alguém quiser fazer um aparte que, por favor, peça o microfone para que possamos registrar no áudio.

O Sr. Secretário Luiz:- Eu trouxe todo o material no pen drive, até para balizar o conhecimento de todos.

Nós fizemos a apresentação da audiência pública e este arquivo é um dos que eu apresentei na Comissão para mostrar a situação do município, a fase que estava. Já mudei os slides, mas serve como referência.

O Plano Diretor é composto, dependendo do município, de umas dez leis: Lei do Plano Diretor, Lei do Zoneamento, Lei do Parcelamento do Solo, Código de Obras, Código de Posturas, Lei da Outorga Onerosa, Direito de Construir, IPTU Progressivo. Então, dependendo do sistema viário cada Plano Diretor tem uma quantidade de leis, aproximadamente são umas dez leis.

Nós fizemos uma versão do Plano Diretor de Pontal do Paraná em 1998, foi encaminhado para a Câmara em 2000, foi bem no último mês de mandato do prefeito e o encerramento dos trabalhos dos Vereadores. Então, o plano não foi analisado em 2000. Fizemos uma nova versão em 2001, o arquiteto teve alguns conflitos em Londrina, um processo junto com o prefeito na época e o prefeito de Pontal resolveu esquecer o Plano Diretor de 2001 também.

Fizemos dois planos em 2001, o segundo bem na época em que foi aprovado o Estatuto das Cidades. Então, o Plano Diretor já se tornou obsoleto em relação ao Estatuto das Cidades criado naqueles dias. Fizemos novo plano em 2004, em parceria com o Conselho do Litoral, foi aprovado pelo Conselho Pleno e reprovado pelos Vereadores no município por questões políticas e uma série de fatores, que às vezes incomodam a gente que somos mais técnicos.

Em 2007, já estávamos na quarta ou quinta versão do Plano Diretor e foi aprovado na Câmara de Vereadores, encaminhado ao Colit e não foi aprovado no Colit. Então, quando aprovávamos no Colit não se aprovava no município ou se aprovava no município e não no Colit. Esta é a história do Pontal do Paraná. Mas em 2007 o prefeito se negou fazer audiência pública e quis usar a audiência pública de 2004 para validar a de 2007. Não foi possível, era um absurdo porque todo o texto mudou, os parâmetros construtivos mudaram. Então, nós ficamos com um plano vigente pelo município, expedindo vias amarelas, dando alvará de construção para um plano que não tinha sido aprovado no Colit.

Na verdade Pontal do Paraná até hoje aprova projetos, as construções estão acontecendo, a cidade existe, ela vive e o Plano Diretor não é aprovado. Nós expedimos alvará de construção pelo plano que a gente tem no município. Então, a cada revisão que temos do Plano Diretor passamos a emitir as guias amarelas a partir daquele novo plano, embora tenha esta situação da não aprovação no Colit. Mas o município precisa viver, as pessoas estão lá, a cidade está existindo e expedimos os alvarás de construção com o plano que a gente tem. Então, para mostrar para vocês a urgência e a necessidade e importância de aprovarmos o Plano Diretor de Pontal, para pararmos de expedir alvará de construção sem uma legislação consolidada.

Agora, em 2014 fizemos a revisão do plano, porque aquele de 2007 não tinha audiência pública. Então, fizemos as audiências públicas, mudamos o texto novamente e estamos aqui discutindo o plano. O que tem de diferente do plano de 2007 para o de 2014 é que existem situações de ordem econômicas que forcem discutirmos e liquidarmos este assunto, que é a implantação do porto de Pontal.

Semana passada ou retrasada, foi expedida em Brasília a licença para instalar a Subsea no município. Então, as coisas estão acontecendo em Brasília e não acontecem aqui no Estado. O porto que tanto se fala, é um dos focos de conflito da aprovação do plano, existem os entraves da legislação que dificultam. O que está se fazendo é alterar a legislação para compatibilizar a implantação do porto. Então, houve a alteração da Lei dos Portos em 2013, abrindo as portas para a iniciativa privada, a parceria público-privada. O porto que se pretende instalar em Pontal é um porto privado. Então, a polêmica é: A legislação está contemplando? Não! Não está. A legislação ambiental está contemplando? O Plano Diretor está aprovado? Não está. Então, nós estamos buscando adequar a legislação para que possa de fato implantar o porto, se é de extrema necessidade o porto e a mídia informa que há necessidade de se implantar o porto.

Então, aconteceu a alteração da Lei dos Portos e aconteceu também um trabalho elaborado pelo ITCG, nós temos uma representante do ZEE, e uma das discussões, enquanto nós estávamos naquela Comissão para aprovar o Decreto 2722, para fazer a alteração do Decreto 2722, já estava tramitando a elaboração do ZEE. O que é o ZEE, na minha linguagem de leigo? Existe legislação urbanística que sempre defende a ideia de ocupar e legislação ambiental que sempre defende a ideia de preservar e existem os conflitos das legislações. O ZEE é uma legislação de consenso. A discussão do conflito, usa, não usa, já aconteceu, e o ZEE é o produto final da discussão dos diversos

interesses conflitantes, chegou-se a um resultado, a um consenso, então agora temos a possibilidade de termos uma legislação que não vai estar conflitante com outra legislação. Ela já é a legislação de consenso.

Então, o que aconteceu com o município de Pontal do Paraná no trabalho do ITCG? O ZEE definiu que o litoral tem uma área de manancial, que é esta parte que estou mostrando aqui, a parte do ZDD - Zoneamento de Desenvolvimento Diferenciado, que é a parte que pode ser utilizada que é este marrom, a parte projetada, para ser utilizada. O cor de rosa é a ocupação urbana já existente para Pontal do Paraná, Matinhos, Guaratuba e Paranaguá. E o verde claro é uma zona de proteção ambiental com o uso, desde que se respeite a legislação ambiental; e o verde escuro é a área de preservação ambiental. Então, qual o entendimento? “Ah, queremos usar a área para fazer o porto?” Então, está definida a área que será usada. “Ah, precisa de infraestrutura logística?” Está prevista a área disponibilizada para uma possível estrutura logística e a área que será preservada. Então, daí que eu digo, na minha linguagem de leigo, que é uma legislação de consenso já entendendo o espaço do território que poderá ser utilizado e qual será preservado.

Como estávamos dando andamento na revisão do Plano Diretor, as audiências públicas estavam acontecendo e estávamos com a Comissão Técnica do Colit em atividade, então fazíamos um pingue-pongue. Conversávamos com a Comissão aqui, levávamos para as audiências públicas, trazíamos para a Comissão o que vinha das audiências públicas, para discutirmos os assuntos. Então, muitas perguntas aconteceram na audiência pública, a gente trouxe para a Comissão para darmos uma resposta, muitas perguntas aconteceram aqui e levamos para a comunidade para obtermos uma resposta.

Na época tivemos essa situação do ZEE. Colocamos em votação na audiência pública para a comunidade aceitar ou não o ZEE. Então, o ZEE, elaborado pelo ITCG, foi respaldado pela comunidade de Pontal do Paraná, embora também estavam acontecendo audiências públicas pelo ITCG no Estado todo para aprovação do ZEE. Então, no município conseguimos a aceitação da comunidade na audiência pública. Questionamos o ZEE com a comunidade, questionamos algumas situações que foram colocadas pela Secretaria de Planejamento referente a nova rodovia que vai dar acesso ao Pontal do Sul, que é a chamada rodovia para o porto. Então, todas essas questões foram colocadas.

Esse é um dos mapas do nosso Plano Diretor que mostra esses detalhes da implantação do ZEE. Então, aquela parte verde que é a área de preservação, o verde escuro com uso restrito, o azul é área de manancial e a parte a ser ocupada. Se vocês observarem a área a ser ocupada proposta pelo município é menor do que a do ZEE. Aqui é a rodovia e chega no município, é mais larga a parte proposta para a ocupação e o município limitou esta área, não expandiu tanto quanto no ZEE. A nossa preocupação é ter uma ocupação mais concentrada, que se aproveite melhor a infraestrutura existente e não tenha ocupação rarefeita, onde se leva a infraestrutura para tudo quanto é lado para uma demanda pequena de utilização. Então, a ideia é concentrar a ocupação.

Então, aqui podemos ver a área a ser preservada, a área a ser ocupada. Esse laranja, por decreto municipal, é uma área destinada a aldeia indígena. Este roxinho é o centro da área do sambaqui, com raio de quinhentos metros, o sítio arqueológico do sambàqui e está tramitando ainda na FUNAI o reconhecimento dessa aldeia indígena, mas já está definida por decreto e faz parte do Plano Diretor a reserva da área indígena.

Essa linha pontilhada é a proposta da nova rodovia que vai até Pontal do Sul, entendendo aqui que a rodovia não termina aqui. Ela sobe a serra, mas a parte da serra, da entrada do município até chegar em Curitiba, tem a construção da Ecovia. Então, a discussão sobre duplicação deve ser consultada a Ecovia. O que está previsto aqui é a construção de uma nova rodovia, aproximadamente onde temos o posto da Polícia Rodoviária, tem um desvio do rio, nós temos a estação de tratamento de esgoto da Sanepar que também deve ser desviado e vai chegar até Pontal do Sul. Esta nova rodovia já foi visto, ela tem um layout já definido, tem uma faixa de infraestrutura que popularmente diz-se de rodovia mas é uma faixa de infraestrutura de duzentos e vinte metros, onde se terá um canal de drenagem. A proposta é que toda a água das chuvas do município seja direcionada a este canal. Então, é o canal, a linha de alta tensão, o asfalto da rodovia propriamente dito, uma linha de gasoduto e oleoduto e ferrovia, tudo isso numa uma faixa de duzentos e vinte metros de infraestrutura.

Aí o detalhamento do projeto, esse é como diretriz porque o objetivo do Plano Diretor é definir diretrizes, depois vamos ter os projetos de engenharia para a rodovia detalhando o acesso viário, o anel de integração, o viaduto, rótulas, o que for necessário para fazer a integração desta nova rodovia com a PR-407, e também o detalhamento de como ela termina em Pontal do Sul.



Saiu o edital de licitação do EIA/RIMA desta nova rodovia, era para ser um projeto de RIMA e de engenharia. Então, houve uma liminar interferindo neste edital. Lançou-se um novo edital desvinculado o EIA/RIMA do projeto de engenharia. Então hoje estão tramitando dois editais, dois projetos, o de EIA/RIMA e o de engenharia da nova rodovia.

Neste projeto está previsto tanto a construção da nova rodovia quanto a revitalização da atual PR-412, que é esta linha que estou mostrando aos senhores aqui. Esta é a atual rodovia. A atual rodovia deixa parte da população, entre a faixa do mar e a rodovia e o que a gente chama o que está atrás do mato, popularmente. É a ocupação em direção ao interior do continente. Hoje é uma cidade de veraneio, com sua vocação turística. Em razão de estarmos de frente para o mar, é utilizada como uma cidade de veraneio e não como uma cidade turística, porque temos poucos hotéis e não temos infraestrutura, então basicamente é uma cidade de veraneio. Mas existe toda uma população que fica para trás da rodovia, que vai lá exatamente por este motivo, para ter acesso à praia. A proposta da nova rodovia é para que toda essa população que vai para a praia tenha condições de chegar até a praia, sem que passem caminhões para ir para Pontal do Sul. Esta é a proposta da nova rodovia.

Neste projeto de engenharia contempla o projeto da nova rodovia e quatro acessos para o interior do município, para a parte urbana do município, que são quatro vias coletoras. Então, uma no Balneário de Primavera, outra no Balneário de Ipanema, outra no Balneário de Shangrilá e outra no Atami. Então, a nova rodovia é para a infraestrutura do porto e parte do Plano de Mobilidade Urbana do município, porque nós temos hoje picos de engarrafamento - eu sou de Curitiba e faz dezoito anos que moro na praia e via há dezoito anos uma pequena fila de carro em Praia de Leste, depois do término do carnaval um engarrafamento até o viaduto de Paranaguá. Hoje esta fila de carros, este engarrafamento chega até Shangrilá. Então, fica engarrafado do Shangrilá até a Praia de Leste, de Praia de Leste até a entrada da 277, depois que começa a aliviar um pouco o fluxo de circulação de veículos.

Então, a nova rodovia se faz necessária não só para o projeto do porto mas também para resolver o problema de mobilidade, como um todo, do município.

Esta apresentação é da última audiência pública, vai ter vários slides mostrando aquelas propostas do ITCG, da Secretaria de Planejamento e colocamos em votação, daí esta sequência de slides é para mostrar os assuntos que era para ser discutido na

audiência e algumas imagens para esclarecer o que se estava discutindo. Não vou passar esta sequência porque não é o objetivo, já que esta é uma reunião de introdução. Este desenho, por exemplo, mostra outra situação que estamos colocando na proposta do plano. Vamos ter a rodovia existente, a nova rodovia e uma via intermediária entre a rodovia existente e a nova rodovia na via intermediária. A ideia é que se faça esta nova via intermediária para melhorarmos a questão do transporte coletivo. Temos uma única linha de transporte coletivo que vai da Praia de Leste até Pontal do Sul pela rodovia existente, mas existem pessoas que moram no fundo do Shangrilá que caminham dez quadras até chegar na linha do transporte coletivo. As vezes a pessoa anda dez quadra de ônibus e dez a pé para chegar até a casa dele, porque o transporte coletivo está em alguns lugares ainda muito longe de onde as pessoas.

Então, a ideia é ter uma rua intermediária entre a nova rodovia e a rodovia atual para que possamos ter outro modal de transporte coletivo para resolvermos os problemas do transporte coletivo da cidade.

Nós temos o zoneamento definido, este é o zoneamento aprovado na audiência pública e na Câmara de Vereadores. Vou lembrar-me de um episódio aqui. Como falei inicialmente, existem conflitos de interesses. Nós tínhamos alguns Vereadores contrários a proposta do porto, existem pessoas a favor e contra. Então, alguns Vereadores queriam fazer emendas, discutiu-se muito a possibilidade de se fazer emendas. Aconteceu que entrou o Secretário da Sema, Sr. Caetano, ele foi numa audiência da Câmara de Vereadores do município e muito se falava da necessidade de se aprovar o plano, isso foi em época de campanha do ano passado, e ele foi em uma Sessão da Câmara de Vereadores e falou: "Este plano que o município fez, que foi aprovado em audiência pública, se for encaminhado para nós, eu aprovo! Mas os senhores Vereadores não devem fazer emenda!" Nós temos nesta reunião uma Vereadora que participou daquela reunião e ficou esta situação do compromisso do Secretário do Estado quando disse que aprovaria aquele Plano Diretor. O plano foi aprovado pelos Vereadores, foi encaminhado ao Governo do Estado, para a Comissão Técnica do Colit para discutir o plano e daí apareceram uma porção de alteração, de emendas no projeto. Então, comprometeu a palavra empenhada do Secretário. Enfim, estamos aqui novamente numa nova Comissão discutindo tudo de novo.

Mas este, então, é o material aprovado na Câmara de Vereadores e nas audiências públicas. Nós respeitamos as situações das áreas de mananciais e a de

preservação. Então, o que está colorido é o limite do município, do nosso território. Apenas o que está colorido aqui é o zoneamento, a parte em branco, é a parte rural do município. O colorido é o perímetro urbano.

Então, o que nós temos aqui? Nós criamos um parâmetro construtivo, considerando que nas primeiras quadras do mar tem uma quantidade menor de pavimentos, e à medida que vai se afastando vai-se aumentando a quantidade de pavimentos. Então, na primeira quadra são dois pavimentos, na segunda e terceira quadra são três ou quatro pavimentos e chega na parte mais distante, este vermelho aqui, são dez pavimentos.

O zoneamento que nós fizemos vai de ZR-1 a ZR-6, de dois a dez pavimentos. Nós colocamos na nossa proposta do município a cópia fiel do que foi discutido na revisão do Decreto 2722. Até tinha um parâmetro no texto revisado do novo Decreto 2722 que possibilitava a quantidade ilimitada de pavimentos. Então, nesta última zona nós cortamos, nos limitamos em dez pavimentos. A ideia da quantidade pequena de pavimentos à beira crescendo para o interior do continente, é para que se não tenha paredões de edificações à beira mar, causando sombra na praia. Então, a ideia é que à beira mar se tenha poucos pavimentos.

O que nós temos aqui, para distinguir bem, é toda esta parte que é residencial, que não é exclusivo residencial, são prestadores de serviço, são comércios, indústrias de pequeno porte, mas temos a parte urbana, a parte residencial e duas partes destacadas aqui. Este cinza é o distrito industrial numa faixa de um quilômetro, quinhentos metros da rodovia para cá e quinhentos metros para lá na margem da rodovia. Este distrito industrial fica aqui, com o objetivo de ficar no entroncamento rodoviário, aqui se tem acesso para Matinhos, para Paranaguá e para Curitiba, ficando estratégico na facilitação do acesso rodoviário. E esta outra parte é a área destinada ao porto.

Mas por que tão grande esta área do porto? O porto, na verdade, é uma pequena parte. Mas o entendimento que é do ZEE, não é do município, este braço aqui é o espaço destinado para se instalar a Subsea. Então, o ZEE contemplou a possibilidade do Subsea se instalar no município. O Plano Diretor aprovou e recentemente foi assinado em Brasília o termo de autorização da Subsea para se instalar em Pontal do Paraná. Então, o Plano Diretor está adequado com as outras coisas que estão acontecendo, de forma atropelada, mas já está acontecendo. E esta outra área aqui é a chamada retroárea, para a infraestrutura para o porto.

O Sr. :- Este licenciamento foi pelo Ibama, a audiência pública foi pelo Ibama?

O Sr. Secretário Luiz:- Sim, pelo Ibama. Eu não sei, não vi direito a matéria, não entendi, mas foi o Secretário de Planejamento do Estado do Paraná e a vice-governadora que foram buscar a licença da Subsea. Alguma coisa assim que foi divulgada na mídia.

O Sr. :- No Portal da Transparência está muito claro, a vice-Governadora e o Secretário de Planejamento estiveram em Brasília amiúde ara que este processo avançasse. Então, não podemos, em nenhuma das falas, gerar dúvidas. Então, realmente houve este compromisso, porque nós entendemos, o Governo e a Secretaria de Planejamento entendem que nós precisamos avançar e temos que tirar este impasse e cada um está fazendo o seu dever de casa, como o senhor mesmo colocou. A vice-governadora não pode ser uma eminência parda. Ela tem o seu trânsito, ela desliza em Brasília, ela veio como deputada federal, então ela tem um vasto relacionamento lá na qual ela pode dar um suporte para o Estado do Paraná junto aos ministérios, atendendo as demandas do Governo junto aos ministérios. Porque como o senhor mesmo colocou em sua fala anterior, nós também temos muitas divergências de políticas públicas partidárias. Então, nós temos que ter certa atenção e um cuidado para que essas políticas públicas partidárias não afetem o desenvolvimento das políticas públicas sociais. Muito obrigado.

O Sr. Secretário Luiz:- Eu disse que não tinha pleno conhecimento do que estava falando, até para me assegurar que não vou falar de uma coisa que eu não tenho pleno conhecimento. Então, disse “algo assim”, mas com isso não quis questionar a legalidade do que aconteceu lá. O que quis dizer é que não tinha pleno conhecimento do assunto.

O Sr. :- Luiz, onde é a Techint? Eu estive lá fazendo uma vistoria com o pessoal, a Techint já está licenciada?

O Sr. Secretário Luiz:- Olha, eu vou abrir o Google Maps aqui para eu mostrar o município e assim vocês possam conhecer alguns detalhes bem importantes lá do município, mas a Techint é esse biquinho. Então, este que estou contornando é terreno da Techint, aqui nós temos um terreno da Odebrecht e neste meio, entre este terreno da Odebrecht e o da Techint, é neste meio que vai se instalar o porto.

Então, a parte urbana, a parte industrial, a parte portuária que são os três segmentos bem distintos. Na parte urbana, como já tinha falado sobre a quantidade menor de pavimentos à beira, nós temos dois conflitos bem consideráveis na parte urbana. Pelo Decreto 2722 nós temos a área chamada de ZPA - Zona de Proteção

Ambiental, boa parte dela já está invadida com loteamentos clandestinos. São um dos grandes ônus do município loteamentos irregulares, clandestinos, invasões e o agravante de ser uma invasão em área de proteção ambiental.

Bom, falei das duas situações que são o loteamento clandestino e a ocupação da ZPA. Agora vou tentar abrir o Google Maps para vermos alguns detalhes.

O Sr. :- Secretário Luiz, eu só pediria que a Secretária Cláudia se manifestasse, por gentileza.

A Sra. Cláudia:- De forma bem objetiva, Secretário, só para de repente a gente começar a pensar numa estruturação ou como o senhor havia iniciada a sua apresentação, a partir de onde nós voltaríamos a trabalhar de forma bem prática e objetiva para superar eventuais problemas que travaram a continuidade da análise e aprovação do Plano Diretor de Pontal do Paraná. A pergunta que lhe faço é se a Secretaria ou o município de Pontal do Paraná já tem, de forma bem clara e objetiva, identificados os pontos conflitantes que estão impedindo para avançarmos na aprovação do plano. Se esses pontos já estão elencados, identificados e se já existiu ou existe uma equipe técnica constituída para a análise desses pontos, se já identificados, e se alguns deles já foram superados em parecer conclusivo. É só uma dúvida para colocarmos de forma bem objetiva para começarmos a montar nossa estratégia de trabalho de forma prática. Então, é uma pergunta.

O Sr. Secretário Luiz:- Está certo, eu não sou discursador, não sou apresentador então, talvez, tenha me atrapalhado na sequência do que deveria falar. Nós temos uma equipe de profissionais da prefeitura, engenheiros, arquitetos, temos uma arquiteta contratada para fazer o Plano Diretor, que é quem recolheu a Anotação de Responsabilidade Técnica. Então, temos duas situações, a ideia da Comissão anterior que era analisar aquela matriz de nove itens. Daí eu retomo a pergunta: "Vamos analisar aqueles nove itens?"

Nós fizemos um relatório, protocolamos na Sema mostrando em diversos trechos do texto do Plano Diretor que nós cumprimos os nove itens da matriz anterior que tinha sido usada para aprovar o de Matinhos e o de Guaratuba. Então, fizemos esse relatório, protocolamos na Sema mostrando que o texto do Plano Diretor contempla aqueles nove itens daquela matriz para aprovação do plano de Matinhos e o de Guaratuba.

Referente ao relatório desta Comissão que encerrou os trabalhos, nós pegamos lá item por item, fizemos as anotações, e daí o quê fizemos? Como esse relatório desta

Comissão propõe: "Alterar o Artigo 2º, trocar a palavra xis por 'y', altere isso!". A questão de alterar o texto volta naquela situação que, dependendo do conteúdo que se altere, tem que se fazer nova audiência pública no município. O processo volta para trás. Nós queremos evitar o desgaste de ter que fazer nova audiência pública. Queremos tentar fazer a menor quantidade de alterações para que essas alterações possam ser incluídas no texto, que foi minha proposta aqui na Comissão, e foi o que aconteceu para Matinhos e Guaratuba. Isso eu posso garantir que o texto do Plano Diretor de Guaratuba e o de Matinhos é diferente do texto do decreto que o governador assinou, porque pegou-se lá a Lei do Plano Diretor de Guaratuba e de Matinhos, estou falando dos dois municípios, extraiu-se alguns artigos daquele texto do Plano Diretor e compôs o texto do decreto estadual. E lá no final, o último artigo diz: "Revoga-se no município de Guaratuba o Decreto 2722!" Por que? Porque os Planos Diretores são divergentes do Decreto 2722. Então, estamos elaborando um novo texto e para não haver mais conflitos na legislação, como aconteceu para Matinhos e Guaratuba, esta escrito: "No território de Guaratuba, revoga-se o Decreto 2722; no território de Matinhos, revoga-se o Decreto 2722!" Então, nós temos duas situações, eu trouxe todo o material, trouxe o conjunto de leis do Plano Diretor, o conjunto de mapas, trouxe só um jogo, mas trouxe todo o conteúdo no pen drive. Acho que o adequado é passar para todos em meio digital para não gastarmos tanto papel, porque a quantidade é grande de membros. Eu sei que o Carlos Stor e o nosso ícone de estudar o conteúdo todo com requinte de detalhes. O Carlos foi quem participou ativamente da elaboração deste relatório, e quem põe a mão na massa e faz o conteúdo do texto.

Eu trouxe o texto novo e a proposta do decreto que o governador vai assinar, mas também tem o relatório da Comissão mostrando que diversos itens foram contemplados. Mas o pedido de isonomia que o município fez é que alguns itens a gente não tenha que contemplar de novo. Como eu apresentei, se tivermos que mudar a legislação municipal para atender esse relatório, vai causar um transtorno político, administrativo, uma série de fatores. Então, a ideia é fazermos um texto novo do decreto estadual, aprovarmos o texto do decreto estadual e depois apresentarmos ao município. A hierarquia das leis diz que a legislação estadual se sobrepõe à municipal. Então, uma vez que a legislação estadual tem algumas divergências do Plano Diretor Municipal, então vamos encaminhar à Câmara a alteração no texto do Plano Diretor Municipal para

ficar coincidente com o texto do decreto estadual. Então, é essa a proposta que gostaria que fosse analisada aqui.

Não vamos ficar meses debatendo com Vereadores, discutindo e o desgaste, aí se faz audiência pública, e aí, tudo de novo, volta-se na estaca à zero, porque não sabemos quanto tempo vai tramitar, ficar andando para primeiro fazer as alterações lá. Então, gostaria de propor que analisássemos o novo texto, aprovássemos este texto, o governador assinasse e daí, sim, levamos para lá. Como já temos a legislação estadual aprovada, vigente, altera-se a legislação municipal lá depois.

O Sr. :- Acho que poderíamos criar um grupo com três pessoas, a Cláudia, o Fabricio, você tem alguém?

O Sr. Secretário Luiz:- Esta Comissão é para isso.

O Sr. :- Eu sei, mas pensei para sermos práticos. De repente este grupo analisa e traz para este grupo maior. Seria melhor, não é? Acho que seria mais produtivo, três ou quatro pessoas analisariam e trariam para avaliarmos essas alterações. Acho que seria mais produtivo. Pode ser? Cinco pessoas no máximo, pode ser?

O Sr. Secretário Luiz:- Do jeito que a Comissão definir, ela é soberana. Só quero considerar o que aconteceu nesta última Comissão. Aquela primeira Comissão, que aprovaram Matinhos e Guaratuba, reunia nesta Mesa todos os membros da Comissão, a coordenadora era a Carmem, foi definida a matriz, os nove itens analisados, a gente leu os dois Planos Diretores de fio a pavio, Matinhos e Guaratuba, todo o mundo vinha para a reunião, traziam as considerações, levavam o dever de casa de uma semana para a outra, que era o intervalo entre uma reunião e outra, cada membro da Comissão vinha com suas anotações e aí foi produzido o material final.

E nesta última Comissão, que aí ficou só o município do Pontal do Paraná, aconteceram algumas reuniões, dividiu-se a equipe da praça e a equipe de Curitiba. A equipe de Curitiba fazia as reuniões e este relatório gerado foi gerado pela equipe dos membros da Comissão de Curitiba: "Ah, é difícil todo o mundo vir toda a semana!" Então, não ficou um relatório com paridade, com todos os envolvidos participando do processo. Ficou um relatório apenas da equipe do Estado. E sempre que a gente questiona o município sempre sai prejudicado porque não consegue expor as suas ideias, as suas opiniões, sempre as do município vão ficando para trás. Era esta a ressalva que gostaria de fazer.

A Sra. :- Exatamente para que todos tivessem a oportunidade de participar que neste grupo tivesse um representante do município de Pontal, do Planejamento, do Comitê e do ITC. Então, estaremos todas as instituições participando, se estiver esquecendo de alguma, por favor, corrigem-me, num grupo menor, devidamente representado e com conhecimento de causa o tramite dentro da sua unidade. E somando esses esforços, de uma forma mais conclusiva, possamos numa próxima reunião apresentar em Power Point e de uma forma mais didática passar ponto a ponto. Poderíamos fazer da forma como o senhor colocou? Até talvez tenhamos nos adiantado, o senhor tem este material de forma que possa ser apresentado ponto a ponto? Se este material já está pronto, podemos já analisá-lo, fazemos as considerações, cada um leva para a sua unidade e numa próxima reunião que possamos nos reunir já trazemos as conclusões e considerações dos pontos, se é que existe este material pronto.

Senão temos a proposta do Diretor em fazermos, com os representantes de todos os interessados envolvidos no caso, um grupo menor para fazer esta suposta análise que poderia ser feita da forma como o senhor colocou. Ou, se tivéssemos esse material pronto, poderíamos analisar agora todos em conjunto.

O Sr. Secretário Luiz:- Então, como falei, eu fiz minhas anotações neste relatório de coisas que acho que podem ser mudadas e de coisas que devemos colocar em discussão de novo para vermos o que muda ou não. Mas daí são dezesseis páginas, imagino que seria exaustivo lermos as dezesseis páginas, item por item, desse relatório. Eu fiz o texto do novo decreto que poderíamos colocar para a Comissão, poderiam levar para ler o novo texto e cada um traria suas considerações em cima do novo texto.

E com relação à Comissão, a Portaria que criou a Comissão colocou seis entidades com seus suplentes, aí são doze e estamos aqui com quinze ou mais. Naquela Comissão anterior participaram das reuniões que eram feitas aqui os titulares, os suplentes, foi nomeado um representante jurídico que foi o Marcelo Bohn - Procurador do Município de Guaratuba. Então, tinhamos os membros da Comissão, os titulares e os suplentes, e o representante jurídico. Podemos nominar as pessoas, vamos criar esta Comissão mais enxuta, com os titulares, acrescido de um representante jurídico, um representante do ITCG, o que se fizer necessário.

O Sr. :- Acredito ser interessante ter um grupo menor, quando produzir o trabalho, antes da reunião, nós receberíamos, poderia ser repassado por e-mail, ler para chegarmos no momento da apresentação decidirmos. Acho que um grupo menor é mais



produtivo, porque é impossível deliberarmos. Você apresentar dezesseis páginas e decidirmos. Não estou muito confortável para decidir neste sentido, temos que nos inteirar do assunto. (Na continuação da manifestação houve falhas no áudio, impossibilitando o registro).

O Sr. Secretário Luiz:- Vou fazer mais uma consideração, nesta revisão como tinha falado na Comissão anterior, nesta revisão de 2014 revisamos o texto de quatro leis. Do conjunto de dez leis do município, que na verdade passaram de vinte, contando Lei de Criação de Conselho Municipal da Cidade, Conselho Municipal de Transporte Urbano, nós temos uma lei específica sobre meio ambiente no município, uma espécie de Plano Diretor Municipal do Meio Ambiente, são conjuntos de leis que compõem tudo o que afeta Plano Diretor. Então, passam de vinte leis.

Nesta revisão de 2014, o que nós fizemos? Revisamos apenas quatro leis, o Carlos conhece bem, sempre foi quem nos perguntou sobre isso, foi uma decisão política do prefeito anterior que fez a revisão do plano em 2007: "Bom, eu vou fazer a revisão do plano. Não vou fazer audiência pública e não vou aplicar nenhum instrumento do Estatuto das Cidades enquanto o Colit não se manifestar!" Então de 2007 estamos em 2015!

Nós temos a Lei do IPTU Progressivo, Lei da Outorga Onerosa, todas aquelas leis que estão vigentes desde 2007 e nunca foram colocadas em prática. Por uma decisão administrativa do gestor público: "Não, enquanto não aprovar no Colit, as leis estão aí mas a gente não vai pôr em prática!" Então, em 2014 nós não revisamos essas leis, porque na verdade nós nunca colocamos em prática e nós nem sabemos se a lei é boa ou não, se funciona ou não, nós nunca colocamos em prática. Então, nós não mexemos numa lei, que já estava aprovada lá em 2007, ainda não testamos a lei para ver se funciona ou não. Então, a gente não ia revisar uma coisa que nem sabíamos usar. Eu assumo, como funcionário da prefeitura, essa parte de que não usamos algumas leis que temos porque não sabemos usá-las.

Então, não revisamos essas leis. O que revisamos em 2014 foi a Lei do Plano Diretor, a Lei de Zoneamento que houve grande alteração em razão de melhores esclarecimentos das diretrizes da proposta do porto, a Lei do Parcelamento do Solo e a Lei dos Perímetros, porque mudou consideravelmente a perímetro urbano, a divisão entre área rural e área urbana. Então, foram as maiores alterações, as mais significativas. Nós revisamos quatro leis. E eu trouxe, porque o Carlos já tinha comentado, e o Portes

comentou lá semana passada quando foi no município, eu gostaria de ler o Código de Obras e o de Posturas, claro, faz parte do pacote! Nós não mexemos em 2014 no Código de Obras e nem no Código de Posturas, estamos usando o que foi aprovado em 2007.

Vou passar todo o conteúdo, trouxe as quatro leis que foram alteradas em 2014, trouxe as leis de 2007 que estão vigentes e trouxe as outras leis complementares como a do Conselho da Cidade, a do Conselho do Transporte. Então, eu trouxe todas essas leis, trouxe impresso e em meio digital, quem tiver condições de pegar ou assumir a responsabilidade de anotar o e-mail de todos e hoje mesmo, se possível ainda hoje, passar para o e-mail de todos o conteúdo de todas essas leis por meio digital.

A Sra. :- O conhecimento desse material que já foi produzido e as medidas que vocês tomaram, as conclusões que já estão no processo, é interessante que todos tenham conhecimento até para que na próxima reunião todos venham com suas dúvidas prontas. De qualquer forma, de forma muito prática e objetiva e dados todos os estudos que vocês fizeram, eu acho que a constituição de um grupo menor para fazermos a análise de todo esse material e de uma forma bem objetiva na próxima reunião fazermos as considerações para tentar indicar as possibilidades de sanar eventual vício ou não, e partir para uma conclusão maior que possibilite o Collit se posicionar.

Então, esse grupo menor, que vai ser representado por todas as instituições interessadas, nós somos, uma delas, estamos ciente da importância da celeridade neste processo para o Portal do Paraná, há interesse do Governo do Estado que isso aconteça, da Secretaria de Meio Ambiente também, então temos que demandar esforços para que esses empecilhos que já foram identificados ou não, que serão analisados por esta equipe, supera-los. Penso que este é o objetivo de constituirmos este grupo menor e claro, representado por todas as instituições envolvidas.

O Sr. Secretário Luiz:- Então, vou passar o material, talvez não tenhamos necessidade em nos prolongarmos nesta reunião.

O Sr. :- No meu entendimento, o trabalho que foi feito pelo grupo, pela matriz que foi desenvolvida, isso não vai se perder. Acho interessante avaliarmos este documento e fazermos uma revisão daquilo. Se as leis não foram revisadas este grupo aqui pode apontar. Então, na próxima reunião talvez este grupo menor faria uma proposta, nos encaminharia e no momento da apresentação tiramos as dúvidas e deliberaríamos já. Esta é a proposta. Eu acredito que um grupo menor não é tão produtivo. Esta é a ideia, poderíamos colocar já, se todos concordar, é uma proposta. De

repente ficaria sob a coordenação do próprio Alfredo e já definiríamos uma data de quando este trabalho seria apresentado. Temos uma data do grupo menor e também da próxima reunião desta Comissão constituída.

O Sr. :- Acho também importante encaminhar para todo o grupo o relatório conclusivo do grupo anterior para verificarmos os pontos, até porque parte do grupo anterior continua fazendo parte deste novo grupo tanto do município quanto do Estado. E também, como o Luiz citou várias vezes, seria interessante encaminhar a matriz com as colunas utilizadas para a análise dos planos de Guaratuba e de Matinhos embasados no Estatuto das Cidades. Agora, também acho importante não apenas encaminhar as minutas, na verdade já são leis aprovadas, não são minutas de anteprojeto de lei, mas as leis aprovadas alteradas no município, mas também os estudos, se foram feitos os estudos, que justificuem essas alterações.

Agora falando como Sedu Parana Cidade, a gente trabalha com os municípios, à luz inclusive das orientações do Conselho Nacional das Cidades, do Conselho da Condições Parana, também sou membro da Condições Parana assim como também estou suplente aqui no Colit, há uma orientação do Ministério das Cidades, da Sedu Parana Cidades que as alterações dos Planos Diretores não devem se limitar a alterações nas leis, porque as leis não são os Planos Diretores. Os Planos Diretores vão muito além do conjunto de leis. O Plano Diretor é um plano, é um plano técnico legal que se implementa por meio de diferentes leis. Então, há necessidade sempre de serem realizados estudos que justifiquem a possibilidade da alteração das leis, particularmente quando se mexe com parcelamento do solo, quando se mexe com perímetro urbano. Inclusive tem agora um artigo de número 42-B, do Estatuto das Cidades, que foi alterado em função do marco regulatório da proteção e defesa civil no ano de 2012, que exige que para ampliação de perímetros urbanos sejam feitos estudos geológicos, geotécnicos, estudos de prolongamento de sistema de varão, estudos e necessidade de zonas especiais de interesse social. Enfim, estudos em relação a complementaridade de usos, uma quantidade de situações e que os nossos municípios, não é o caso de Pontal, não estão observando: Estão simplesmente alterando a lei, às vezes com iniciativa no Legislativo, o que achamos um absurdo porque são trabalhos técnicos que têm responsabilidade legal. O Luiz citou inclusive que existe a ART do CREA, existe a RRT do CAU. Então esses profissionais recolhem essas anotações pela responsabilidade técnica que esses planos possuem.

Então, acho que não podemos nos limitar aqui a analisar lei, nós temos que analisar plano, que é muito mais abrangente. Então, as leis simplesmente vão definir regras, parâmetros em relação aquilo que se pretende do ponto de vista técnico, lógico que também tem todo um viés comunitário, porque têm as audiências públicas, mas nem tudo o que a sociedade deseja é possível, do ponto de vista técnico ou do ponto de vista financeiro ou do ponto de vista político ou do ponto de vista administrativo. Por isso tem esta relação técnica e social.

São apenas alguns alertas para que comecemos com todo o conhecimento do que já veio. Particularmente acompanho a situação de Pontal desde 1999. Tudo isso que o Luiz falou eu acabei acompanhando de alguma maneira, mas estamos dispostos a novamente colaborar para que Pontal regularize a sua situação. Não esquecendo aqui, foi falado só sobre Pontal, mas temos ainda a situação de Morretes e de Antonina. Por enquanto só Paranaguá, Matinhos, Guaratuba e Guarapuá tiveram aprovação no plano do Comitê. Então, ainda temos três municípios a enfrentar nesses próximos tempos. Agradeço.

O Sr. Paulo (Assessor Parlamentar da Sema):- Olhando o projeto, eu percebo que o Plano Diretor é exigido de dez em dez anos, a perfeição custa cara demais. Encontrar perfeição é impossível. Eu, particularmente, olhando o projeto que você apresentou que já está aprovado na Câmara de Vereadores e no município vi, eu particularmente vi algumas questões que levanto dúvidas. Por exemplo, o real afastamento da construção elevada do limite da praia. Qual o cumprimento exato? Quando se estende muito este cumprimento e sendo a região uma região de verão, como você falou, você tem o custo operacional das edificações, quanto mais baixa uma edificação mais cara a manutenção e isso inviabiliza o município. Sem querer vocês estão dando um tiro no pé. Primeiro ponto, a estrada de conexão do porto, apesar da largura de duzentos e cinquenta metros não é contemplada já como ocupação em nenhuma das margens, ela só é ocupada em uma das margens. Essa outra margem já deveria ter sido definida a ocupação. Isso é mais ou menos como você colocar um muro, na hora que você coloca um muro você deixa só um lado ocupado, você viabiliza a invasão. Se você não tem a ocupação, a pessoa tem acesso ao sistema de trânsito, de mobilidade, entretanto não tendo ocupação é invadido. São duas coisas que olhei e percebi que eram interessantes desta distância, da margem do início da praia a exatamente quando se começa os grandes edifícios que

estão limitados a dez pavimentos. Comento isso porque nós do Paraná temos uma diferença de Santa Catarina, o povo catarinense parece que não dá bola para altura de prédios e encostados no limite da praia. Mas assim mesmo eles continuam fazendo, apesar do elevado grau de irracionalidade do negócio é lá que o empreendimento de dez mil reais o metro quadrado está saindo, seja em qualquer praia que você for.

Enquanto nós aqui colocamos, a um quilômetro de distância do litoral, um prédio de apenas dez pavimentos, uma vez que custa caro manter um prédio de dois, três, quatro pavimentos. Então, faço esta minha observação, mas lembro de que o Plano Diretor não é finito, ele apenas se coloca, pode ser mudado.

O Sr. Secretário Luiz:- Talvez eu faça as considerações à medida que cada um vai conversando, porque senão a gente esquece o questionamento e ficará sem resposta. Então, as considerações do Carlos Storer, se temos uma equipe técnica? Nós somos carentes de equipe, estamos passando as mesmas dificuldades que o Governo do Estado e Governo Federal estão passando, a queda de arrecadação, uma série de fatores da economia. Então, nós dispensamos a nossa arquiteta do quadro de servidores. Ela recolheu o CAU, a Anotação de Responsabilidade Técnica, ela fez todo o trabalho do Plano Diretor, mas não a mantivemos mais no quadro.

Então, hoje o que nós temos? Eu sou Secretário de Habitação, responsável pelo plano, mas minha formação é técnico de segundo grau, e nós temos o Vinicius que é membro da Comissão e engenheiro. E o estudo que o Carlos pergunta, nós não fizemos todos aqueles estudos, na verdade estudo de vegetação, geológico, todos esses estudos só aconteceram na primeira edição do Plano Diretor, inclusive você é um dos autores da Setepian, o seu nome consta lá. Então, lá naquela primeira edição do Plano Diretor de 1998 é que houve um estudo bem amplo, aprimorado da fauna, da flora. De lá para cá esses estudos não aconteceram. A própria revisão do plano feita em 2004 pelo Conselho do Litoral, usou-se o material de 1998. Então, nós não fizemos novos estudos da fauna, da flora, isso nunca aconteceu.

O Sr.:- Você reconhece que a situação de 1998 é a mesma de agora de 2015? O Sr. Secretário Luiz:- Claro que não. Mas o hipotético ainda existe, não se extinguiu, os passarinhos da praia continuam existindo, talvez em menor quantidade. Então, as espécies animais e vegetais continuam existindo, talvez em menor quantidade devido ocupação, devido às ocupações irregulares. Concorde que tenhamos essa situação, mas o próprio levantamento de 1998 indicava as espécies existentes. Não

indicava a quantidade, porque não houve um senso dos passarinhos, dos peixes para sabermos quantos têm. Só se sabe que existem as espécies, mas a quantidade não se tem noção. Então, não dá para dizer também que se tornou obsoleto aquele material.

O Sr. :- Bom, fazendo um adendo aqui, a gente sabe que o Plano Diretor é uma lei, sendo uma lei ela esta sujeita a outras leis, seja estadual seja federal. E uma dessas leis é a do Bioma Mata Atlântica, que fala que não se pode suprimir a vegetação, não sei bem a história, mas que esteja em estágio avançado de regeneração. E em Pontal existe essa situação, existe vegetação em estágio avançado de recuperação. Mas como o município não tem esse levantamento e esta lei federal exige que para você suprimir esta vegetação você tem que ter ela levantada, e o município esta propondo, por exemplo, esta supressão de vegetação sem este estudo prévio, o Estado não pode ser conveniente com isso. Essa é uma lei federal.

Então, neste caso do diagnóstico, o diagnóstico é importante para sabermos a real situação do município e a proposta que esta lá na frente, a proposta esta ótima, mas é necessário que tenhamos um parâmetro de comparação. O que esta acontecendo agora, qual o diagnóstico de hoje e o que o município pretende para o futuro. E para isso que serve o Plano Diretor, para saber o futuro do município. Como a gente não tem parâmetro do que esta acontecendo agora não tem como aprovar a lei para amanhã.

E uma das dificuldades, eu fui participante da Comissão anterior, foi um dos pontos que nós identificamos, essa falta do diagnóstico que é justamente uma questão de legislação. A gente não pode suprir uma legislação federal, e também tem uma legislação estadual que fala sobre a gestão urbana, que é uma lei estadual, que exige que os Planos Diretores tenham esse diagnóstico.

-Então, não é a questão dos passarinhos, mas é questão de cumprimento de legislação mesmo.

O Sr. :- Só complementando, a questão hoje no litoral se as coisas não forem muito bem traduzidas, acompanhadas pela legislação, esta sendo judicializado tudo, na verdade não vai acontecer mais nada. Nós temos um Ministério Público atuante, nós temos um Ministério Público Federal bastante vigilante. Então, temos que ter todo o cuidado, ter toda a cautela e é por isso que estamos aqui. A todo o momento o Ministério Público Federal quer saber como esta o Plano Diretor, esta muito atento a isso. Então, vamos procurar efetivamente trabalhar com celeridade e com muita transparência.

Então, a minha sugestão, para não nos delongarmos muito na discussão, que realmente este grupo possa trazer numa próxima reunião esse trabalho, acho que é mais produtivo.

Com relação à contratação, do município não ter a arquiteta, aí não sei como resolver esta situação, mas efetivamente tem que ter uma equipe bastante experiente para que a gente não dê passos em falsos. Esta é a proposta. Então, fazer este grupo, não sei se todos concordam com isso, porque do contrário vamos ficar discutindo e não vamos caminhar, mas o trabalho desta equipe acredito ser bastante oportuno. Poderíamos de repente nomear, fazer uma lista de técnico, não necessariamente essas pessoas seriam os representantes com direito a voto. Talvez a Claudia, que é a nossa advogada da Sema, possa trabalhar nesta equipe. E uma proposta, se vocês concordarem vamos dar o encaminhamento.

O Sr. Secretário Luiz:- Acho que o caminho é este mesmo. E deixar todo o material aqui, todo o mundo faz o seu dever de casa, dá uma analisada breve no material. Então, eu digo assim, é o conjunto de leis, mais o relatório conclusivo da Comissão anterior, mais o relatório do município mostrando que cumpriu os nove itens da matriz anterior. Acho que é este o conteúdo. E também recomendo para que, neste relatório conclusivo tem algumas considerações, verifiquem os afastamentos de recuo do Plano Diretor de Matinhos e Guaratuba, verifiquem a taxa de ocupação de Matinhos e Guaratuba.

Eu verifiquei o que foi aprovado, o decreto estadual, Guaratuba também colocou taxa de ocupação de 60% e a maior taxa de ocupação que nós temos. Guaratuba tem taxa de ocupação de 75%, do decreto estadual novo aprovado. São algumas considerações a mais, verifiquem o zoneamento de Guaratuba, sigam o modelo de Guaratuba, sigam o modelo de Matinhos. Dai eu fui verificar, se o nosso está com uma taxa de ocupação de 60%, o que antes era 40% pelo Plano Diretor de Paranaguá, então esta se aumentando de 40% para 60%, mas o anterior já era 50%, mas o de Guaratuba tem 75%. Então, se for para comparar vou aumentar para 75% e não é esta a ideia. Enfim, eram essas as considerações.

Referente ao que o Paulo falou, é exatamente a divergência das ideias. O Paulo está falando que acha pouco dez pavimentos, o Fabricio está dizendo que se tem que verificar todo o histórico dessas ocupações, o bioma da mata atlântica. A proposta da

nova rodovia é do Estado, não é do município. E do Estado a nova rodovia ser o limitador da ocupação urbana.

Então, o bioma da mata atlântica vai ser respeitado a partir do limitador da nova rodovia. O ZEE, nós não temos esse estudo, essa equipe técnica para o estudo da questão da fauna, da flora e de todos os condicionantes, da vegetação avançada, do bioma da mata atlântica. Não temos condições de fazer todo esse estudo, mas nos apegamos pelo fato de que o próprio Estado fez esse estudo. Não sei se com que riquezas de detalhes, se muito detalhado, se muito minucioso, mas nós estamos nos respaldando sempre no Estado. O Estado que falou que vai ter porto em Pontal, nós estamos acatando. O Estado que fez o ZEE. O ZEE é o estudo. Então, não fizemos pelo município. O estudo nós aprovamos em audiência pública o ZEE. Então, estamos aprovando o estudo que o Estado fez.

Então, é carente de aprovação, de desenvolver o trabalho numa equipe técnica do município? É difícil, é carente e não temos condições de fazer. Exatamente para suprir a falta que não temos condições de fazer, é que optamos por acatar o que o próprio Estado nos recomendou. Então, acatamos o porto, acatamos a nova rodovia e acatamos o ZEE. Então, estamos subentendendo em acatar o ZEE, acatamos o estudo técnico feito para chegar ao produto final que é o ZEE. Nós estamos seguindo este caminho.

O Sr. José Aliaga:- Estava vendo o zoneamento ecológico econômico, a preservação dos remanescentes naturais no litoral especificamente em Pontal, precisam de alguns cuidados especiais. Evidente que as mudanças são bastante significativas; enquanto a ampliação da área populacional, a questão sanitária temos que ter um cuidado especial. Mas uma coisa que me chama a atenção, muito embora eu não sendo biólogo, é que não se trata de contagem das espécies que estão em extinção, mas nós temos uma lei federal e olha com descrição muito fortes ao discutir restinga no ZEE. Parte da equipe, inclusive por esta questão que você está dizendo que existe e que se respeitou, houve sérias discussões. Eu acredito que não se pode levar muito superficialmente. Existe a lei federal, existe todo um processo que até acho coerente de aprovar e acatar, mas o processo de implementação acho que devemos ter certo cuidado. A lei federal é clara e isso tem dado muito problema. Eu acredito que no mínimo devemos nos debruçar nas limitações de todos os tipos, mas se você observar, ainda não chegou as suas mãos o zoneamento? O ZEE? (Pausa). E, as nuances são bastante



significativas e precisaria dar uma olhada para não causar um impacto negativo. Até porque o zoneamento ecológico econômico será neste momento consultivo, entretanto respeitara as leis federais, estaduais os órgãos competentes. Não significa, por exemplo, que se eu tenho uma proposta não vai obedecer a uma determinação do IAP. Terá que ser obedecido. E isso, mais ou menos, o que reza o documento. Então, em nível federal entra também.

Mas, de qualquer forma, é apenas um pequeno alerta no sentido que não podemos pegar muito de leve, talvez nos aprofundarmos.

A Sra. :- Não insistindo, mas destacando, veja nós estamos em um ponto bem identificado, precisa da aprovação do Colit e é onde está parado. Este grupo vai identificar o porque está parado. E as condições exigidas para que o Colit aprove depende só do Colit ou, de repente, da própria prefeitura de Pontal está ainda na pendência da apresentação de algum documento como o próprio Fabricio colocou aqui.

Então, é importante que identifiquemos bem esses pontos, aonde está travando o andamento desse processo. E uma ação do Colit? E uma iniciativa do município de Pontal? E um documento que precisa ainda ser trabalhado, elaborado para subsidiar a decisão com segurança? Por isso que é importante este trabalho que será feito pelo grupo menor na identificação desses pontos. E o Fabricio já identificou um e que me parece que não foi superado e que será reanalisado. Entende, Secretário? Não é que estamos excluindo o grupo todo. Muito pelo contrário, a gente quer facilitar o trabalho de todos.

Todos vão receber o material que vamos estar analisando, todos os membros e convidados presentes também vão receber. Eles vão estudar e vão analisar e virão com suas considerações para a próxima reunião. E nós, o grupo, vamos, de forma bem objetiva, identificar esses pontos e ver o que precisa ainda ser elaborado e trabalhado para suprimos eventuais empecilhos ou vícios que devem ser sanados para que o Colit tenham condições, de uma forma muito tranquila, condições técnicas e legais, para estar posicionando frente a aprovação deste Plano Diretor.

O Sr. Secretário Luiz:- Reforçando, nós queremos que Pontal do Parana tenha o seu plano aprovado efetivamente, porque existe um forte pressão no litoral na questão portuária, existem muitos investimentos, porque hoje nada vai acontecer no litoral... Não é só a questão do Pontal do Parana, mas acho que tem dos outros municípios que também têm a necessidade do Plano Diretor.

Então, é importante e a gente espera que as coisas caminhem, passaram praticamente oito meses desse governo e as coisas não foram como a gente esperava, mas daqui para frente espero que as coisas tenham a sua continuidade. Acho que é por aí. Tem mais alguém para falar?

A Sra. Professora:- Eu só gostaria de dar um parecer a respeito do zoneamento do litoral para todos os demais presentes. Eu estive conversando com o Paulino, a gente tem algumas coisinhas pequenas para acertar a respeito do zoneamento do litoral. O zoneamento do litoral, para vocês se situarem, alias acompanho todo o processo desde o início, né Aliaga, foi feito um escalão para cinquenta mil antes do zoneamento do Estado do Paraná que esta sendo concluído agora, e do Estado do Paraná foi feito num escalão para duzentos e cinquenta mil.

O nível de detalhamento que foi feito no zoneamento do litoral realmente permite ter feito alguns estudos, como o Fabricio apontou, que servem de subsídios para a prefeitura para a elaboração do seu Plano Diretor. Ele ainda não foi disponibilizado totalmente ao público, porque têm algumas pendências administrativas que vamos resolver ali na sequência. Mas a ideia, Luiz, é que o mais breve possível a gente possa fechar estas pendências e antes mesmo de ser publicada a versão impressa do material, que ele seja disponibilizado na íntegra no site do ITCG. Até na lista de presença da reunião de hoje a gente pode de repente, mais para a frente, manter um contato, a hora que este material estiver disponível, disponibilizar na íntegra para vocês como a todos os municípios do Estado do Paraná, para que vocês tenham acesso às informações.

A Sra. Rosilene (Vereadora de Pontal do Paraná):- Em primeiro lugar, queria dizer que sou professora, é minha primeira legislatura, é a primeira vez que me envolvi na política e acabei sendo eleita e estou aqui discutindo o Plano Diretor. Então, eu vou falar como representante das pessoas que cobram muito a aprovação deste Plano Diretor. E realmente, quando a gente vem para uma reunião, falam: "Ah, não adianta ir porque é culpa do Coliti" Sempre arrumam um culpado para que o Plano Diretor esteja parado ao longo desses anos todos que temos tentado aprovar.

Então, acho que a Dra. Cláudia foi muito feliz no comentário dela, porque nós estamos aqui para resolver o problema. Acho que oito meses, nós tivemos a visita do Presidente, aquele rapaz, do Secretário do Estado, ele foi numa Sessão lá e ele nos garantiu, falou também da preocupação do governador em aprovar o plano no final do ano passado.

Quer dizer, foi lá, enganou a população, porque tinha muito gente presente na Sessão, pela rádio também. Então, foi nos cobrado muito. Nós aprovamos o plano com a ressalva de que a gente poderia estar modificando, até porque ele pode ser mexido, ele tem dez anos. Então, não é um plano pronto que a gente vai aprovar aqui hoje e amanhã já não possa passar por alguma alteração. Então, é isso que a população quer.

E, como o senhor falou também, é a questão do desenvolvimento. Pontal está travada no desenvolvimento, as pessoas que querem investir, não tem segurança nenhuma por causa do plano. E muitos investimentos também que o município deixa de ir atrás de recursos federais, estaduais por conta da aprovação do plano.

Então, eu, enquanto Vereadora, peço a essas pessoas que fazem parte deste grupo que se sensibilizem realmente, que deixem as políticas partidária, se é contra ou a favor do porto, não é isso que vamos discutir. Nós vamos discutir a aprovação do plano! Se o porto vai trazer benefícios ou não, não é para ser discutido aqui e infelizmente hoje Pontal sofre por conta disso. Paraguaçu é contra o porto porque não quer perder e acaba colocando várias situações que acabam atrapalhando o desenvolvimento de Pontal. Então, estamos aqui para que isso aconteça. Do que depender de mim e tenho certeza que do Secretário e do prefeito, a gente não vai medir esforços para que essas alterações que tenham que acontecer realmente aconteçam para que ele seja aprovado.

Foi até polêmica minha vinda aqui, porque o representante era o Vereador André Camargo, na outra equipe, e no dia em que foi trocado criou uma situação bem constrangedora porque ele queria continuar sendo titular e não admitia que eu pudesse ser o titular e ele o suplente. Então, ele preferiu sair do grupo porque ele não era o titular. Então, eu disse: "Olha, eu não entendo muita coisa. Sei o que a gente viu aqui, participei das audiências públicas, mas o que for preciso eu vou estudar com o objetivo de que realmente o plano seja aprovado". Porque: "Ah, não adianta ir participar porque o plano não dá nada, não dá nada!" Tem pessoas que são contra, têm pessoas que são a favor, então ficam naquele conflito e nós acabamos perdendo. Então, realmente gostaria que o nosso trabalho fosse focado para a aprovação do plano. Obrigada.

O Sr. :- Mais alguém?

O Sr. Milton (Assessor Técnico) :- Só queria dar minha contribuição, porque vou estar na lista curta das próximas reuniões. Como urbanista eu gostaria de deixar só bem claro ao que parece já está ficando bem claro aqui.

São duas coisas diferentes: uma é o plano enquanto lei e outro é o plano nqj resultado, como disse o Storer. A gente faz um Plano Diretor visando um resultado. A lei serve apenas como base para possibilitar alguns atingimentos, como a senhora realmente disse.

Então, uma sugestão que poderia ser feita, não sei se é possível, uma aprovação condicional a uma revisão curta, porque como Plano Diretor ele realmente está, todo mundo sabe, tecnicamente muito a desejar e aprovação como plano, aprová-lo da maneira como esta pode ser realmente um tiro no pé.

Como disse o Aliaga, não é uma questão dos passarinhos, mas também é, porque é uma questão de todos. Vejam bem, esses novos diagnósticos dizem também respeito a qualquer um plano desses, não é a necessidade de saber se tem mais ou menos passarinho, sabe Luiz, mas quantas pessoas moravam, quantas pessoas vinham, quantos carros, existem pesquisas de origem/destinos nesses dezessete que se alterou e se a infraestrutura hoje suporta esta alteração que houve.

Então, quando se fala em adensar a população, concordo. Interessante, a gente deve usar a infraestrutura existente para evitar novas ocupações. Perfeito! No entanto, a pergunta para o Vinicius é a seguinte: essa infraestrutura suporta este adensamento de ocupação? Você colocar um prédio de dez ou mais andares na praia, aquela rede de esgoto, aquele rede de drenagem, a rede elétrica vai suportar? A estrada vai suportar? Porque aumentou, por que o Luiz disse que ia até cem metros o congestionamento agora vai até... Então, esta é a questão.

Quando ele disse que Matinhos tem um adensamento maior, mas esperem aí, quando a gente olhar este relatório conclusivo vamos ver que essa ocupação está se dando assim, enquanto eu tinha um recuo lateral dessas edificações que permitir a brisa do mar entrar e circular as áreas interiores até a montanha, o novo plano inclusive restringiu esta ocupação. Tirou o afastamento lateral que não permitiria que o vento entrasse ou você aumentando, criando uma barreira entre a maresia, o vento do mar, e a montanha, criando uma ilha de calor insuportável aqui dentro. Além disso, não querendo judicializar a questão, as leis, a maior parte delas, não estão para complicar, mas estão para melhorar o resultado.

Então, notei falta, não pela exigência da lei, em maior parte realmente são leis exigidas para todos os municípios, mas notei falta, por exemplo, da Lei do Saneamento Básico. Como está a questão desta lei, que determinaria a drenagem urbana, a

macrodrenagem, a rede de águas pluviais? Ai vai por necessidade de se fazer meio-fio, etc., mas a Lei de Sistema Viário não foi feita de modo a contemplar até a nomenclatura das novas vias que foram colocadas.

A mobilidade urbana, como o Luiz bem falou do transporte urbano, Lei do Gerenciamento dos Resíduos Urbanos que inclusive me preocupa onde está sendo colocado o lixo, na proximidade da área de manancial. Vimos a falta de um Plano Turístico, porque nós estamos tirando a Lei 2722, porque a origem dela não é urbanizar, mas sim uma lei turística. Então, seria interessante ter um Plano Turístico, contemplar um item em relação ao porto e uma lei em relação à regularização fundiária também é importante. Nós não podemos fazer a regularização dessas ocupações, como o Luiz bem falou, que houve inclusive em áreas de preservação, simplesmente com uma política de habitação social, como consta o plano.

Então, pega-se casas grandes que foram feitas no litoral: "Ah, vamos colocar aqui como Lei de Interesse Social e fica regularizado!" E não é dessa maneira. Então, se precisarmos de um plano para retirar essas pessoas? Vamos fazer. O plano precisa sim ser aprovado, rápido, como lei, mas como plano, como resultado, é a médio e a longo prazo. E por ai vai, como, por exemplo, a questão do Código de Obras contemplando o Estatuto das Cidades, a questão rural que não foi contemplada. Não se fala nada na questão rural. Lá não se mata porco, não se mata boi. Então, devemos, com este plano, tentar organizar, são poucas essas distorções.

E além disso, existem algumas questões urbanísticas. Então, minha sugestão seria essa: fazermos uma aprovação revedendo este relatório conclusivo. Se ele está exagerado, como ele diz aqui, ver o que é iminente fazer e aprovar de uma maneira condicional e daí que se contrate uma Comissão. Desculpem-me alongar.

O Sr. Secretário Luiz:- Este é o princípio da isonomia que a gente reivindicava, porque Guaratuba e Matinhos também não fizeram toda a sequência do plano, Plano de Turismo, Plano de Saneamento, algumas coisas também não aconteceram nos outros municípios. A gente assume a responsabilidade de que tem que ser providenciado, tem que ser providenciado. Sei que Guaratuba assumiu a responsabilidade, a Prefeitura falou na Sessão Ordinária do pleno do Conselho e já tinha mostrado na ocasião lá que estava atrasando o Plano Diretor de Guaratuba e já estava fazendo a licitação para a revisão do próprio plano. Ah ela assumiu o compromisso que os condicionantes que ficariam faltando seriam providenciado.

Pontal caminha pelo mesmo rumo, serão deixados alguns condicionantes, vamos assumir o compromisso de providenciar os condicionantes. Se alguém quiser fazer mais alguma consideração.

O Sr. :- No começo do ano, por insistência do Edgar, eu estive em Pontal, andei bastante lá, fui no aterro, fui nos canais de drenagem, vi alguns terrenos que estão construindo casas populares. Andei bastante lá. Não sou do litoral, sou de Maringá, assumi agora a Secretaria e a Diretoria de Meio Ambiente, como Diretor Geral, uma função muito mais administrativa mas pela minha experiência de trinta anos trabalhando na área ambiental pediram para eu dar um pulinho lá e eu fiquei preocupado, porque o aterro de Pontal recebe de Matinhos. Cheguei lá é um negócio absurdo. A gente sabe que existe uma situação bastante complexa no verão, então temos que trabalhar rapidamente e o objetivo aqui é que a gente de esse respaldo, porque é de interesse do Governo, na verdade dos paranaenses. O porto, a questão do litoral, não é só de quem mora lá, é na verdade de todos os paranaenses. Então, efetivamente temos que dar esta resposta rápida.

Então, este grupo de trabalho é importante e os nomes, de repente cinco, mas não necessariamente as pessoas possam trabalhar, o Portes como arquiteto do Collit pode contribuir porque ele participou bastante deste relatório conclusivo. Esta é a proposta. Se alguém mais quiser se manifestar, poderíamos já definir os nomes.

Vocês concordam com a aprovação desta proposta de trabalho? E agora os nomes. A proposta como lista, não necessariamente outros técnicos poderiam contribuir: Fabrício do Planejamento, o Luiz de Pontal do Parana, o Carlos Storer, Daniella do ITCG, Dra. Cláudia e o Parodi como Secretaria Executiva. Mais alguém? Concordam com a aprovação? E o prazo?

O Sr. :- Eu não li a portaria se ela determinou o prazo de vigência. A anterior era de sessenta dias, prorrogável...

O Sr. :- Mas a gente poderia, independente da ...

O Sr. :- Mas reuniões semanais, a gente só pede, porque a gente tem que se

deslocar, né. Então, serviços lá que a gente deixa de fazer porque está ocupado com a Comissão e tem todo esse transtorno da viagem, engarramento na entrada de Curitiba.

Então, que a gente possa aproveitar o dia, ao invés de ser reunião de meio período que seja do dia inteiro.

O Sr. :- Eu estava conversando com o Diretor, desculpe lhe cortar, mas a ideia do companheiro Aliaga, da Secretaria de Planejamento, sugeriu algo que acho extremamente produtivo. Que possamos nos reunir na Secretaria envolvida para que possa dar suporte à equipe do município de Pontal para que possamos avançar. Não fuge ao que está sendo proposto aqui, mas o próprio Aliaga está se propondo, como tem conhecimento, em cooperar neste sentido para que possamos agora definir - não está na agenda - para criar esta Comissão Temática, ou como seja ela denominada, para avançarmos para daí então marcarmos outra reunião. É uma sugestão do Aliaga, ele até gostaria de fazer uma colocação. Então, vou passar a palavra para o Aliaga.

O Sr. José Carlos Aliaga:- Realmente a questão de Pontal é um problema muito complexo. A primeira ideia na discussão, inclusive no zoneamento ecológico econômico, levei cacetada de tudo quanto é lado, desculpem-me o termo, quando eu disse que não poderíamos negar o desenvolvimento ao município como Pontal. Verifica-se lá os ganhos médios dos mais baixos que existe, a população não está tendo possibilidade de se desenvolver e nós não aprovamos o plano, eu dizia na época, era jogar o município de Pontal ao ostracismo e a falta de desenvolvimento.

Naquela época houve uma discussão muito forte, e estou falando há três ou quatro anos no mínimo, onde a gente colocava claramente que tínhamos que colocar coordenadas que possibilitasse a inclusão rápida do município de Pontal em um processo de desenvolvimento. Esta era a minha proposta e continua sendo.

Eu vejo aqui que há muitas questões, como a Dra. Claudia levantou algumas, o Milton outras e por aí fora. Eu cochichava com o colega Parodi no sentido de, como paranaense onde estão os meus filhos e os meus netos, que gostaria de ver o desenvolvimento do Estado, rápido e rasteiro. E nem sempre é possível com tanta rapidez quanto eu gostaria. Mas aí eu falei com o Parodi: "Escuta, eu estou sentido que vai ser difícil o diálogo. Nós temos que montar uma força-tarefa no sentido de viabilizar os ruídos que porventura possam ter o documento para que possamos chegar mais rápido a uma aprovação e que possibilite uma implementação!" Por um motivo simples, de nada adianta falar para a Professora que muitas vezes não conseguimos aprovar, se você, logo na sequência, vai ter problemas até para conseguir uma licença prévia. Então, vamos equacionar todas essas necessidades que tem ali e no menor espaço de tempo possível limpar esses ruídos, essas arestas que têm e submeter ao Conselho do Colit para aprovação. Esta é a minha visão.

Fu estava me lembrando da última reunião que participei quando foi aprovado o de Guaratuba e as discussões que existem. Praticamente o litoral do Paraná foi atropelado pela ocupação. Nós temos mais de duzentos, senão me engano lá em Guaratuba, eu sou morador, tenho lá um apartamento, e o que a gente vê é que muitas áreas foram ocupadas indiscriminadamente e que fugiu do controle público. Isso é fato. E alguma que coisa tem que ser feita, mas o rigor de tudo isso aí vamos discutir como podemos sair honrosamente do compromisso. E isso precisamos da contribuição não só de uma cabeça, precisamos de várias cabeças.

Dai a minha proposta, se o grupo achar interessante e o próprio Paulino, para vermos como podemos sair deste imbróglio e possamos ter o Plano Diretor aprovado. Dai a minha proposta, se o grupo achar interessante e o próprio Paulino, para vermos como podemos sair deste imbróglio e possamos ter o Plano Diretor aprovado. Mas levando em consideração todos esses probleminhas que estamos tendo. Isso para mim seria uma vitória se resolvêssemos daqui a uma semana, teríamos o Plano Diretor aprovado. Um sonho! Este é o meu pensamento. Vamos nos debruçar e tentar viabilizar a coisa. O Estado do Paraná necessita para o seu desenvolvimento muito da área de Pontal, da mesma forma que o próprio município. Agora nós queremos que seja uma coisa que seja factível.

O Sr. :- Eu concordo com o que o Aliaga falou, e a nossa proposta é nesta linha mesmo. Vou ser repetitivo, mas ontem tivemos uma reunião aqui com o Secretário Sciarra para dar um suporte, uma estrutura hoje olhando o litoral do Paraná, claro que incluindo Pontal do Paraná. Vai ser estruturado o Colit, existe hoje uma fragilidade imensa até dos técnicos do IAP para emitir qualquer licenciamento, para cortar árvore, para fazer uma supressão existe um risco enorme de responder judicialmente ou estar sendo questionado na justiça e muitas vezes tendo que contratar um advogado.

Então, esta proposta de passar pelo Colit, o Colit será um Colit diferente, vocês terão notícias nos próximos quinze dias, só falta o governador dar a palavra final com relação a isso. Hoje estamos tratando a questão do Pontal do Paraná, mas o nosso olhar é para o litoral inteiro. Então, esta é a proposta e proponho a este grupo pequeno em trinta dias apresentarmos uma proposta, porque a nossa resolução é sessenta prorrogável, né. Então, que tenhamos um tempo menor, acredito que em trinta dias poderíamos tocar.

O Sr. José Carlos Aliaga:- Teve de possibilidade de implementação de estrutura, tinha que pôr...



O Sr. :- Eu acredito que não temos mais volta, temos que aprovar este plano. Tem que ter um melhor plano, e nós estamos aqui para fazer isso. E agora não tem mais volta, nós temos que trabalhar.

O Sr. :- Gostaria de colocar a minha posição. Esta proposta de grupo de Secretarias eu acho interessante que envolva todas as Secretarias, inclusive o IAP, para suprir esta grande defasagem que é a questão do diagnóstico. Quem sabe nessas Secretarias, o grupo de trabalho que desenvolveu estudos que avançaram um pouco nos diagnósticos. Esta é a grande deficiência e o prazo é curto.

A Sra. :- Eu queria complementar. Esta proposta que o Secretário colocou da constituição de um grupo de Secretarias, eu penso que é importante numa segunda etapa. A partir do momento que este primeiro grupo fizer a identificação pontual dos problemas conflitantes, aí vamos ter condições de identificar qual Secretaria poderia vir suprir esta deficiência e nos ajudar a superar.

Então, neste primeiro momento, fica constituído este grupo para a identificação desses problemas e, numa próxima reunião, seriam apresentados, discutidos e já identificada qual Secretaria deveria ser chamada na próxima reunião para outro grupo ver elementos que possam nos auxiliar para superação daquele ponto conflitante identificado.

O Sr. :- Então, o Parodi não estava aqui, mas já foi constituído um grupo, inclusive você está participando dele, são seis pessoas, e a proposta de data de trinta dias. E muito, é menos? Quinze?

O Sr. José Carlos Aliaga:- Uma semana seria maravilhoso para nós, mas acredito como Governo de Estado. Entretanto, ele fica bitolado, de certa forma, a uma análise um pouco melhor dos desafios que vamos ter à frente e que deverão ser feitos, volto a repetir por um grupo de força-tarefa, que me vença todas essas coisas e que possa chegar para nós, Conselheiros do Collit, a aprovação sem maiores problemas.

O Sr. :- Não concordo com o Diretor no sentido de nos colocar um cronograma, encontros dentro de duas semanas ou três semanas, mas que possamos daqui estipular um prazo para o próximo encontro desse grupo que acabou de ser formado. E isso que o Diretor se refere, né.

O Sr. :- Por experiência das outras Comissões, reuniões semanais fica bom com o período do dia inteiro para podermos desenvolver o trabalho. E este intervalo de uma semana, se considerarmos que todas as reuniões aconteçam como hoje, quarta-feira,

então todas as quartas-feiras teria reunião e o dia inteiro, a gente ganha com o serviço, e este intervalo de uma semana nos dá condições de as pendências que são levantadas naquele dia, nesse prazo de uma semana a gente consiga trazer uma resposta.

Então, nesta semana de intervalo, entre uma reunião e outra, a gente busca legislação, busca fatos para serem relatados para enriquecer o trabalho como resposta, surgem novas perguntas e novas respostas. Neste intervalo de uma semana dá para fazer o dever de casa e buscar as respostas daquilo que é levantado sempre nas reuniões.

O Sr. :- Pode ser. Acho importante as reuniões serem semanais e em trinta dias fazermos a nossa reunião.

O Sr. :- Se resolver em prazo menor, antes. Após finalizar os trabalhos este pequeno grupo convoca o grande grupo para a reunião.

O Sr. :- Como as pessoas aqui têm diferentes ocupações, se a convocação for chegar a tempo, no nosso caso específico, por exemplo, estamos para receber a visita do Banco Mundial, segunda-feira, inclusive pela Secretaria de Meio Ambiente com licenciamento, monitoramento, fiscalização da água, a outorga da água. Isso seria muito importante, antecipar, hoje mesmo já convocar o grupo para tentarmos, se possível for, colocar outra pessoa no lugar para darmos prioridade ao trabalho.

O Sr. :- Certo. Vou solicitar ao Fernando, Assessor do Colit, que encaminhe hoje mesmo essa convocação. A Dra. Cláudia tem a formação, não estava no momento da elaboração, então, até para constar aqui no áudio, este pequeno grupo está constituído da seguinte maneira: Fabrício do Planejamento, Carlos Storer, Daniela do ITCG, Dra. Cláudia da Sema, Parodi do Colit, Portes do Colit e o Secretário Luiz de Pontal do Parana. E esta reunião se dará aqui no auditório da Sema, quinta-feira, 20 de agosto, às 9h. Perfeito! Então, hoje mesmo será encaminhada esta convocação via e-mail para todos os membros.

A Sra. :- Quando tiver reunião do grande grupo que seja numa quarta-feira porque estou em sala de aula. Segunda, quinta e sexta trabalho do dia todo no colégio.

O Sr. :- Não tem problema nenhum. Mais alguma coisa?

O Sr. :- Eu estava conversando com o Aliaga que estou nesta Comissão inicial por uma questão de instituição, mas, para uma parte dos colegas se situarem, estou entrando há pouco mais de um mês, faz um mês e meio. E o colega Aliaga participou do processo de construção do ZEIA tanto do litoral quanto do Parana desde 2011, desde o primeiro dia. Então, a contribuição dele neste pequeno grupo inicial a gente vai fazer

uma dobradinha no sentido de quando ele não puder participar estarei presente, mas que a contribuição dele ia ser realmente muito grandiosa neste primeiro momento. Só para informar ao grupo.

O Sr. :- O objetivo é não virar um grande grupo para ser mais efetivo. Claro que de repente o engenheiro da prefeitura o Luiz trazer, não tem problema nenhum, mas acredito que para ser um grupo mais dinâmico e enxuto para darmos mais brevidade. E isso.

A Sra. :- Então, que ele possa contribuir e convidá-lo a vir subsidiar a nossa reunião.

O Sr. :- Antes de encerrar a reunião, gostaria que elaborássemos uma lista com os e-mails de todos para que eu possa passar o material para todo o mundo.

O Sr. :- O Collit de repente poderia fazer isso, fazer uma lista, replicar o grupo de trabalho.

O Sr. :- Eu só pediria a gentileza de quem não colocou o contato, pode ser até o telefone, que colocasse, por favor.

O Sr. :- Senhores, senhoras, podemos concluir esta reunião? Perfeito. Então, conforme acordado, hoje mesmo o Collit vai encaminhar esta convocação para a próxima reunião no dia 20 de agosto, às 9h. Agradecemos a presença de todos, agradeço a presença do Diretor Geral da Sema, Diretor Paulino, e senhoras e senhores muito obrigado.